

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
Despacho		
Autor: Dep. Silvano Amaral		

Com fulcro no art. 177 do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o Soberano Plenário, que seja encaminhado Requerimento ao Excelentíssimo Senhor Secretario de Estado de Cidades Wilson Pereira dos Santos, indagando e requerendo o seguinte?

- 1) O Governo contratou a KPMG consultoria para elaborar estudo sobre a viabilidade do VLT e qual o valor necessário para o término da obra. Quantos o Governo efetivamente pagou para a KPMG?
- 2) Requer o relatório formulado pela KPMG consultoria de janeiro de 2016 e o cálculo atualizado apresentado em março de 2017 para a devida análise.

Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 31 de Maio de 2017

Silvano Amaral
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

O VLT - Veículo Leve sobre Trilhos, encontra-se com as obras paralisadas desde o ano de 2015, e, para a sua retomada, o Governo do Estado solicitou junto a KPGM Consultoria estudo sobre a viabilidade e a necessidade de concessão por 20 ou 30 anos ou uma PPP (Parceria Público Privada).

Com a chegada nesta Casa de Leis da Mensagem nº 31/2017 (projeto de lei 202/2017), cujo tema é sobre a solicitação de operação de crédito de R\$800.000.000,00 (Oitocentos milhões) para conclusão da obra, por meio da Linha de Financiamento a Infraestrutura e ao Saneamento - FINISA, disponibilizada pela Caixa Econômica Federal.

Desta forma, para que este Parlamentar possa analisar a mensagem enviada pelo Poder Executivo, faz-se necessário conferir o relatório elaborado pela KPGM Consultoria em janeiro de 2016 e o cálculo atualizado apresentado pela mesma em março de 2017, que até o momento não obteve acesso.

Vejamos. O Governo já pagou pela construção do VLT R\$1 bi e o orçamento inicial era de R\$1.477 bi. Com o estudo feito em janeiro de 2016 detectou que ainda faltava para a conclusão da obra o importe de R\$600 milhões.

Contudo, em março de 2017 a KPMG apresenta novo valor, atualizado, apontando a necessidade de R\$889 milhões.

Deste modo, para a real compreensão do ocorrido, bem como a fundamentação apresentada, necessário se faz a apresentação do relatório.

Pelas considerações acima postas, esperamos do Soberano Plenário, a aprovação do presente Requerimento.

Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbours” em 31 de Maio de 2017

Silvano Amaral
Deputado Estadual